



Câmara Municipal de POA 29/JUL/2015 14:34 000001887

REQUERIMENTO

O vereador que subscreve requer a criação de uma Frente Parlamentar em defesa da renovação da concessão e do fortalecimento da CEEE pública.

Porto Alegre, 29 de julho de 2015.

Vereador Airto Ferronato

JUSTIFICATIVA

Como é de conhecimento público, o Governo do RS tem, através da imprensa, manifestado a intenção de reeditar o processo de privatização de ativos Públicos, incluindo empresas como a CEEE, CORSAN e SULGÁS.

Segundo informações, os eletricitários da CEEE têm buscado espaço na tentativa de estabelecer um debate onde se estabeleça a verdade para a sociedade. Passados 18 anos da venda de parte da CEEE para a iniciativa privada, a tese de que teríamos ampliação do parque gerador, melhoria na qualidade da energia entregue ao consumidor, redução da conta de luz, manutenção das vagas de emprego dos gaúchos, entre tantas outras promessas, não aconteceu. O que se vê é exatamente o oposto: os problemas do setor são estruturais, a tarifa é regulada em nível nacional, os postos de trabalho foram suprimidos e transferidos para outros estados como, por exemplo, o tele atendimento da AES Sul, foi deslocado para Palhoça-SC.

O grupo paulista CPFL (antiga RGE), fechou mais de 20 agencias no interior do Estado, as atividades de RH e tele atendimento foram redistribuídas entre os empregados do grupo em São Paulo, sem quem uma só vaga de trabalho fosse criada.

Na atuação do Grupo CPFL, cabe uma ressalva, existem denúncias de empregados segundo as quais todas as notas de prestação de serviço são tiradas com CNPJ de SP, tendo em vista que foi criada uma empresa do grupo para esta finalidade, prestação de serviço; e atualmente nada é comprado sem autorização de São Paulo, o que atrasa e prejudica o andamento das atividades de rotina, e o ICMS não fica no RS.

Sobre as privatizações ocorridas no RS, além de tudo que já escrevemos, podemos afirmar que nem o Estado resolveu o seu problema econômico, ao contrário, segundo o próprio Governo, a dívida só aumentou e o recurso financeiro alcançando com a venda das empresas desapareceu.

A CEEE já pegou um preço alto, ficando com as dívidas quando da privatização, no ato da compra de parte da CEEE, as duas distribuidoras obtiveram a concessão de 30 anos, e a CEEE não permaneceu com a concessão anterior.

O PDT, através do dep. Ciro Simoni e do dep. fed. Pompeu de Mattos, lançou uma Frente Parlamentar Estadual e Federal em defesa da renovação da concessão e do fortalecimento da CEEE pública, bem como entregaram um manifesto ao Governador denominado "Os Caminhos do Novo Rio Grande passam pela CEEE".

Somos sabedores que hoje, frente à situação grave de credibilidade, é fácil de ser manipulada e construída a opinião desejada.

A alienação de patrimônio público não resolve os problemas de caixa do Estado, e ainda retira possíveis fontes de receita extraordinária. Sob o fundamento da incapacidade gerencial (política e não técnica), o Rio Grande do Sul já se desfez de importantes estruturas que poderiam ser fonte de receita, e que não deixaram qualquer legado na recuperação da capacidade do Estado.